

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA (1920-2010): percurso biográfico de um arquivista e bibliotecário, em Portugal, na segunda metade do século XX

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA (1920-2010): biographical path of an archivist and librarian, in Portugal, in the second half of the 20th century

Diogo Vivas

Resumo: Este trabalho analisa o percurso biográfico e profissional do bibliotecário e arquivista português, Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). Um estudo em torno de um profissional virado para a ação, que procurou aplicar na prática o resultado de investigação a que se dedicou ao longo da vida. Uma obra que transformou a Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, num serviço modelo para a época, seguindo de perto as mais recentes práticas na construção/ remodelação de edifícios para arquivos e no tratamento arquivístico da documentação ao introduzir em Portugal as técnicas documentais do arquivista americano Schellenberg. Um plano de ação que lhe granjeou grande projeção no meio profissional, mercê da qual foi nomeado para o desempenho de cargos de grande relevo no setor arquivístico e bibliotecário nacional, designadamente o de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação e de Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

Palavras-chave: Mário Alberto Nunes Costa; Biografia; Arquivista português; Schellenberg

Abstract: This work analyses the biography and professional life of the Portuguese librarian and archivist Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). A study about an action-minded professional who sought to put into practice the results of a lifelong research. A work that has turned the Ministry of Public Works Historic Library and Archive into a model for that time, closely following the most recent practices in construction/remodeling of buildings and archives and in the archival processing of documentation by introducing in Portugal the documental techniques of the American archivist Schellenberg. An action plan that granted him great projection into the professional field, through which he was appointed for holding highly prominent positions in the national archival and librarian field, namely that of Member of the Third Chamber of the National Education and President of the Portuguese Technical Committee for Standardization of Documentation Board.

Keywords: Mário Alberto Nunes Costa; Biography; Portuguese archivist; Schellenberg

Introdução

Em 2010, a preparação de um trabalho no âmbito do Seminário de Teoria e Metodologia de Investigação em Ciências da Informação e da Documentação¹, do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, despertou-me o interesse pela temática da formação profissional de arquivistas e bibliotecários, em Portugal, e do seu papel para a valorização social da profissão.

A preparação deste estudo permitiu-me um contacto apurado com a evolução do campo disciplinar em Portugal, ao longo do século XX, e a descoberta de um conjunto de personalidades que marcaram de forma significativa a história da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas, mas que invariavelmente se encontravam esquecidas /

¹ O trabalho refere-se a um estudo sobre o *Estágio de Arquivistas de 1913* (formação inovadora que funcionou em Portugal, entre 1913 e 1919, constituída pelas disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e de Paleografia e destinada a formar bibliotecários e arquivistas para os respetivos serviços do Estado).

ignoradas da comunidade científica em geral e, de um modo particular, dos profissionais da área. Entre elas, destaca-se Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010), arquivista e bibliotecário português, que desempenhou um papel determinante no contexto da direção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (1958-1982), ao introduzir em Portugal as novas técnicas documentais do arquivista americano Schellenberg, segundo as quais deu a primeira organização funcional ao arquivo e publicou os primeiros inventários preliminares.

Uma figura central da Arquivística portuguesa, que também se notabilizou nos diversos cargos e funções de relevo que desempenhou no setor arquivístico e biblioteconómico em paralelo com a sua atividade profissional. Os variados estudos e reflexões sobre assuntos de natureza técnica legados são paradigmáticos do percurso de um homem, que embora formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que dominou em Portugal durante o século XX, foi um conhecedor das tendências em voga no seu tempo no campo da Arquivística e da Biblioteconomia. As ideias e as propostas legadas revelam um profissional orientado para a ação, que procurou colocar em prática o resultado dos seus estudos e investigações.

Nestas circunstâncias, com recurso ao método biográfico e seguindo os parâmetros correntes deste tipo de abordagem, pretende-se dar a conhecer o seu percurso pessoal e profissional enquanto bibliotecário e arquivista e a atividade desenvolvida nos vários cargos que ocupou. Uma utilização necessariamente acompanhada do contexto social e histórico em que o indivíduo se insere, dado que ele é uma expressão da sua época, do lugar e do grupo onde desenvolve a sua atividade. Um trabalho baseado num estudo de caso, que nos permite caracterizar com relativo grau de detalhe o indivíduo na sua singularidade, compreendendo o modo como a sua trajetória pessoal e profissional se insere e pode ser influenciada pelo contexto histórico, político e cultural e, nesse sentido, compreender melhor os limites impostos ao desenvolvimento do seu trabalho (PUJADAS MUÑOZ, 2002:49-50).

No caso concreto de um estudo biográfico sobre um arquivista, consideram-se, de todo, pertinentes as palavras de Antonia Heredia Herrera sobre as características indispensáveis a um trabalho desta natureza. Segundo a autora, não é possível separar o perfil do arquivista e do modelo de arquivo da evolução da própria disciplina, isto é, não se pode falar de arquivistas e de arquivos sem referir as mudanças no seio da Arquivística. Uma aproximação ao seu estudo terá obrigatoriamente de partir do conceito de Arquivo no período em análise e da metodologia de trabalho aplicada pelo arquivista. Os arquivos serão aquilo que se exige aos arquivistas e estes, por sua vez, irão concebê-lo segundo características muito próprias, produzindo-se uma relação muito próxima entre si e a partir da qual se pode definir o profissional que se ocupa dele (HEREDIA HERRERA, 1998:175).

Com esta abordagem, visamos utilizar o estudo biográfico sobre Mário Alberto Nunes Costa enquanto bibliotecário e arquivista como via de caracterização do campo disciplinar e profissional da Biblioteconomia e da Arquivística portuguesas da segunda metade do século XX.

De Estremoz à Alma Mater: a entrada no funcionalismo público e os primeiros contactos com a prática arquivística e biblioteconómica

Mário Alberto Nunes Costa, filho de Francisco Martinho Costa, empregado no comércio e de Emília Augusta Nunes Costa, doméstica, nasceu em Estremoz (Santo André), a 15 de agosto de 1920 e faleceu na Amadora (Venteira), a 15 de fevereiro de 2010.

Nascido no seio de uma família de pequenos comerciantes, Mário Costa passou a sua infância e adolescência entre Estremoz e Évora no contexto político e socioeconómico, que medeia entre o final da Primeira República e a instauração e consolidação do Estado Novo. Terminados os primeiros estudos na sua cidade natal, frequentou e concluiu, como aluno externo, os estudos liceais em Évora, no Liceu André de Gouveia (1937) e, em Lisboa, no Liceu Pedro Nunes (1939). Neste contexto e da emancipação que lhe havia sido concedida por seu pai, Francisco Martinho Costa, em 27 de março de 1939 para que pudesse encontrar trabalho, concorreu a um lugar de escriturário de segunda classe para o quadro do pessoal administrativo da Direção Geral da Indústria, tendo sido colocado na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra, onde tomou posse, a 22 de agosto de 1940². O exercício de funções de forma “competente, zelosa e assídua” permitiram-lhe a promoção a escriturário de primeira classe, em 1941 e o ingresso definitivo no quadro do pessoal administrativo, a 26 de agosto de 1943³.

Com efeito, promovido a escriturário de primeira classe, matriculou-se como aluno ordinário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde frequentou a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, em simultâneo com a atividade profissional, que lhe garantia o sustento e lhe dava condições para a frequência do curso. À formação em Ciências Históricas e Filosóficas, concluída em 1946 com a classificação final de treze valores, juntou o Curso de Ciências Pedagógicas, em 1948, classificado com doze valores e, um ano mais tarde, o Curso de Bibliotecário Arquivista, com quinze valores, após seis meses de estágio no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

A progressão na carreira não se refletiu, todavia, numa melhoria significativa a nível económico e financeiro. Nesse sentido, já licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas solicitou, a 19 de abril de 1947 autorização para exercer o ensino das disciplinas de História e Filosofia no ensino liceal particular, que lhe foi concedida pelo Ministério da Educação Nacional por diploma de 10 de julho do mesmo ano⁴, passando, desde então, a conciliar a atividade profissional juntamente com a prossecução dos estudos universitários e do ensino particular.

Ao longo do seu percurso académico manteve, como referido, a sua ligação à Direção Geral dos Serviços Industriais. Nela, onde foi ascendendo na carreira profissional até ser nomeado e empossado como terceiro oficial da referida Direção Geral, a 10 de dezembro de 1947, “demonstrou ser sempre um funcionário competentíssimo, muito assíduo, de comportamento irrepreensível e resolvendo inteligentemente e com invulgar prontidão todos os assuntos que lhe foram reportados”⁵.

² Lisboa, Arquivo Central do Ministério da Economia (ACME), *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 746.

³ Lisboa, ACME, *ibidem*.

⁴ Lisboa, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127. Diploma n.º 12.995 passado pelo Ministério da Educação Nacional, a 10 de julho de 1947.

⁵ Lisboa, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (BAHMOP), *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

Neste serviço, contactou e desenvolveu, pela primeira vez, com o trabalho técnico em Arquivos e Bibliotecas ao ter a seu cargo o “Arquivo Geral e a Biblioteca especializada de carácter técnico da referida circunscrição”. Em maio de 1948, no trabalho prático apresentado no âmbito da cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia, do Curso de Bibliotecário Arquivista, regida pelo Professor Mário Brandão, o autor recordava na introdução ao trabalho o seu “contacto, vai para oito anos, com um pequeno, apagado e desprezioso arquivo administrativo” (COSTA, 1948:1), ao qual deu “um ordenamento sistemático”.

Na biblioteca especializada também foi possível conhecer o trabalho desenvolvido. De acordo com um parecer de Francisco Mateus Mendes, Engenheiro Chefe da referida Circunscrição, datado de maio de 1951, promoveu a “carimbagem de todas as espécies da Biblioteca, a revisão das espécies inventariadas e a integração de centenas de exemplares que aguardavam registo, iniciando simultaneamente a execução dos catálogos didascálico, geral metódico e analítico de publicações periódicas existentes”. Com efeito, informação que nos permite tecer algumas considerações sobre a natureza do trabalho realizado na referida Circunscrição. Sem formação específica, nomeadamente o Curso de Bibliotecário Arquivista, que concluiu apenas em 1949 dando-lhe a necessária habilitação ao desempenho de tais funções ou qualquer curso profissional ou de nível médio sobre arquivos ou bibliotecas – que à época não existia em Portugal –, o trabalho desenvolvido teve início através da realização de tarefas rotineiras e de natureza meramente administrativa dando lugar, progressivamente, ao trabalho técnico no arquivo geral e na biblioteca. Trabalho esse, dada a ausência de formação específica, resultante das suas investigações e reflexões de natureza pessoais, que efetuou e lhe permitiram adquirir noções básicas para organizar um arquivo e uma biblioteca especializada.

O empenho que sempre dedicou às funções que desempenhou ao longo da sua vida e, em particular, a este trabalho são notórios nas palavras do Engenheiro Chefe da referida Circunscrição ao considerar que “esta missão foi desempenhada com muita proficiência e invulgar dedicação, o que bem confirmam as suas excepcionais qualidade de trabalho e competência que muito me apraz registar”⁶.

Contudo, os seus objetivos futuros não se limitavam ao trabalho administrativo na Direção Geral dos Serviços Industriais. A aposta na formação superior que obteve, em Coimbra em paralelo com a atividade profissional desenvolvida naquela cidade bem como a candidatura a diversos concursos públicos é disso um bom exemplo. Como tal, foi nomeado, após concurso público, para desempenhar interinamente o cargo de Segundo Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, em substituição do Conservador efetivo, Fernando Pais de Almeida e Silva, tendo tomado posse a 2 de dezembro de 1948⁷. Não se desvinculando da Direção Geral, solicitou uma licença ilimitada e foi colocado na Zona de Monumentos Nacionais de Leiria, ficando “encarregado de ordenar o arranjo e conservação dos monumentos do distrito”⁸.

⁶ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁷ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

⁸ Lisboa, ACMF, *ibidem*.

A sua passagem pelos Palácios e Monumentos Nacionais foi, porém, bastante efémera uma vez que a 28 de setembro de 1949 foi exonerado do cargo⁹, embora tenha permanecido em funções até 31 de outubro, data a partir da qual Fernando Pais de Almeida e Silva deu entrada no serviço¹⁰. Numa missiva dirigida ao Diretor Geral de Finanças, António Luís Gomes, e datada de 26 de setembro¹¹, isto é, dois dias antes do despacho ministerial que ditou a sua exoneração do cargo, Mário Alberto Nunes Costa fez saber que “extra oficialmente” tinha recolhido informação de que o Conservador Fernando Pais de Almeida e Silva tencionava ocupar o seu lugar no fim do mês, embora até à data não lhe tivesse sido dado conhecimento oficial.

Efetivamente, embora estivesse na condição de licença sem vencimento da Direção Geral dos Serviços Industriais, Mário Costa estava consciente de que a legislação não lhe permitia um regresso automático ao seu anterior cargo. Na referida carta são notórias e, citando as suas palavras, “as dificuldades com que a verificar-se esta hipótese eu terei naturalmente que haver na estabilização da situação”. De facto, entre outubro e 28 de fevereiro de 1950, data do Despacho do Subsecretário de Estado das Finanças – comunicado oficialmente apenas no final do mês de março¹² –, que autorizou o seu regresso à situação de efetividade, Mário Costa passou por momentos de alguma dificuldade. Decorreram cerca de seis meses durante os quais se dedicou ao ensino particular e preparou o concurso para o cargo de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Um regresso à Circunscrição Industrial em Coimbra que, todavia, não se efetivou uma vez que foi empossado como Conservador da Torre do Tombo, a 24 de março¹³, isto é, um dia depois da data em que foi determinada a comunicação oficial do despacho ministerial, que autorizou o seu regresso à situação de atividade.

Durante dez anos, soube aproveitar da melhor da forma a sua atividade de funcionário administrativo, em Coimbra, conciliando-a de forma exemplar com a frequência da formação de nível superior na Universidade Coimbra. Fruto de muito esforço pessoal e profissional, munuiu-se de um conjunto diverso de ferramentas, que se vieram a revelar decisivas não só para a prossecução da sua carreira de bibliotecário e arquivista, mas também para o desempenho de diversos cargos e funções no campo das bibliotecas e arquivos, em Portugal.

⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Finanças: Repartição do Património. Despacho Ministerial [28 set. 1949]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 229 (1 out. 1949), p. 5.678.

¹⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

¹¹ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

¹² Lisboa, ACME, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 746.

¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 69 (24 mar. 1950), p. 1.465.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o início da carreira profissional

Após uma curta experiência de cerca de um ano, entre dezembro de 1948 e outubro de 1949, como Conservador dos Palácios Monumentos Nacionais na recém-criada Zona Monumental de Leiria, Mário regressou à Circunscrição Industrial, em Coimbra. Como o próprio referiu, após um período difícil, decorrente da saída dos Palácios e Monumentos Nacionais, apresentou uma nova candidatura a um concurso público, em dezembro de 1949, para provimento do lugar de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na sequência do qual ingressou na referida instituição, onde tomou posse a 24 de março de 1950¹⁴.

A sua entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que assinalou o início oficial da sua carreira profissional como bibliotecário-arquivista, coincidiu com um marco importante para a Arquivística: a criação, em agosto de 1950, do Conselho Internacional de Arquivos. A necessidade de coordenação a nível internacional, que cada vez mais se fazia sentir, sobretudo ao nível da utilização uniforme dos conceitos e da metodologia de trabalho, levou à criação, no âmbito da UNESCO, de um organismo capaz de promover esse consenso. Sob a sua égide promoveu-se o 1.º Congresso Internacional de Arquivos, em Paris (1950) e foi lançada a revista *Archivum*, publicação oficial do Conselho Internacional de Arquivos, cujo primeiro número saiu em 1951 com as atas do primeiro Congresso (SILVA, 2009:136).

Ao longo da década de cinquenta, outras questões bastante pragmáticas marcaram o debate internacional, como a terminologia, a formação profissional e a comunicação, debatidos no 2.º Congresso Internacional, em Haia, em 1953 ou o tema das instalações para arquivos, das triagens e dos arquivos privados no âmbito do 3.º Congresso, em Florença, em 1956 (SILVA, 2009:136-138), no qual Mário Alberto Nunes Costa teve oportunidade de participar. De igual modo, também a nível teórico se destacou o aparecimento de diversos manuais como os de Adolf Brennecke (1953) e de Leopoldo Cassese (1959), teóricos das escolas alemã e italiana, respetivamente. Porém, aquele que mais se evidenciou foi o trabalho do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg, *Modern Archives: principles and techniques* (1956), que compulsou e sistematizou a teoria arquivística americana até então com pouca expressão na literatura da especialidade.

Um momento de grande progresso que se vivia em diversos países da Europa, contrastante com a “fase de imobilismo e estagnação” em que se encontrava Portugal, consequência do regime político vigente. Com exceção dos esforços de António Ferrão – sucedera a Júlio Dantas, em 1946 na direção da Inspeção –, que se podem considerar muito positivos em matéria de reflexão e estudo sobre questões de carácter biblioteconómico e arquivístico, em particular sobre aspetos técnicos (RIBEIRO, 2008:111) e dos esforços individuais de um ou outro profissional, como foi o caso de Mário Alberto Nunes Costa, o “estado de apatia” que se abateu sobre os arquivos portugueses e mesmo sobre o órgão coordenador nacional, não promoveu contactos com

¹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 Abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 69 (24 mar. 1950), p. 1.465.

os organismos internacionais que desenvolviam trabalho e estudos na área dos arquivos, como o recém-criado Conselho Internacional de Arquivos (RIBEIRO, I, 2003:622).

A inoperância verificada culminou em protestos tanto de profissionais, como de investigadores. Os primeiros pela falta de interesse do poder político pelos arquivos e pela profissão em si, patente nos baixos salários que auferiam, quando comparados com profissionais com a mesma formação. Os segundos, pela inacessibilidade às fontes documentais, sobretudo as da época contemporânea (RIBEIRO, 2008:111)¹⁵.

É pois nesta conjuntura de profunda letargia que se vivia em Portugal, em oposição àquilo que se passava na Europa, que Mário Costa iniciou a sua carreira profissional como bibliotecário arquivista no Arquivo Nacional. A atividade técnica desenvolvida no âmbito das suas funções de Conservador focalizou-se essencialmente, numa primeira fase, na descrição documental e na elaboração de instrumentos de pesquisa. Logo que assumiu funções, naquele que foi o seu primeiro trabalho como Conservador, o então Diretor do Arquivo Nacional, Alfredo Pimenta determinou-lhe a “ordenação de todos maços da chamada *Colecção das Alfândegas* que [se encontrava] espalhada pelo Arquivo na mais deplorável desordem”¹⁶, onde esboçou uma organização topográfica e cronológica da documentação.

Dois meses mais tarde foi-lhe “determinado o ordenamento das espécies que constituem, no Arquivo Nacional, o chamado espólio de José Luciano de Castro”¹⁷. Do espólio composto por documentos adquiridos pelo Estado Português, Mário Alberto Nunes Costa procedeu à sua ordenação em duas séries com um primeiro ordenamento alfabético de cada, distribuídos por doze caixas. No entanto, como afirmou “chegado a este ponto surgiram dúvidas sobre a oportunidade de abertura do maço contendo os documentos depositados por D. Júlia Seabra de Castro e a sua inclusão no ordenamento já iniciado” (COSTA, 1950:2). Após um processo de carimbagem dos documentos e de um ordenamento provisório por pastas, “com vista a uma inventariação sumária e consequente segurança dos mesmos documentos”, considerou o relacionamento dos documentos de cada pasta para um conhecimento do número total de documentos. Como tal, elaborou um instrumento de descrição documental plasmado num livro, dividido em duas séries, onde dispõe por ordem alfabética a “rúbrica que identifica cada pasta e o número de espécies que cada uma delas contém” (COSTA, 1950:2).

Nos anos seguintes, teve a seu cargo dois trabalhos de maior importância: o primeiro, que se prolongou durante cinco anos, entre 1951 e 1956, de descrição da documentação da Ordem de Avis, proveniente da Repartição de Finanças de Portalegre; e o segundo, com a publicação, em 1955 de um instrumento de pesquisa relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, que intitulou “Os Arquivos del-rei D. António e de seus servidores” (COSTA, 1955a).

¹⁵ A este propósito veja-se a comunicação apresentada por Virgínia Rau ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Washington (1950) onde menciona os principais arquivos de Lisboa, com indicação dos fundos mais importantes à sua guarda, apresentando sugestões para os tornar acessíveis ao investigador (RAU, 1961:189-213).

¹⁶ Lisboa, ANTT, Arquivo do Arquivo, Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv. 10, fl. 49 (Ordem de Serviço n.º 48, de 25 de março de 1950).

¹⁷ Lisboa, ANTT, Arquivo do Arquivo, Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv. 10, fl. 54 (Ordem de serviço n.º 53, de 22 de maio de 1950).

Na documentação da Ordem de Avis, procedeu à descrição dos maços 1 a 10, num total de 850 documentos, sumariando o conteúdo de cada documento através de um pequeno texto suficientemente explícito e preciso, com indicação do local e data de produção, suporte, dimensão, língua e cota(s) antiga(s) e atual(ais)¹⁸. Uma ação em consonância com uma tradição bastante arraigada de elaboração de verbetes com o sumário de cada documento, em tudo semelhante aos conteúdos ministrados nas cadeiras de Aperfeiçoamento de Paleografia, do curso de Bibliotecário Arquivística onde os alunos, ao invés da transcrição integral dos documentos, procediam à redação do respetivo sumário que, numa fase posterior, servia de base ao trabalho arquivístico de redação de verbetes para os catálogos e índices em organização no Instituto de Estudos Históricos, onde decorriam as aulas práticas da referida cadeira (PERES, 1940:8).

No segundo dos trabalhos, relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, Mário Alberto Nunes Costa teve a seu cargo a elaboração de um instrumento de descrição documental referente ao arquivo, que havia sido comprado pela Legação Portuguesa em Bruxelas ao Conde Liedekerke, em 1934 (COSTA, 1955a:1). O primeiro contacto com a documentação aconteceu em 1950, após a sua entrada no Arquivo Nacional. Porém, apenas no último terço do ano seguinte lhe foi determinada a inventariação pelo então Diretor do Arquivo, João Martins da Silva Marques (COSTA, 1955a:3).

No estudo introdutório que desenvolveu, procurou relatar os antecedentes do arquivo, referindo a ação desenvolvida pelo Dr. Alberto de Oliveira e tecendo diversas considerações sobre a natureza da documentação e a sua quantidade (RIBEIRO, I, 2003:460). Como tal, dado que nem todas as peças eram contemporâneas de D. António “havia-as posteriores, uma ou outra do século XVIII e muitas do século XVII, cuja presença ali não se justificava”, procedeu a uma “separação das espécies, não apenas para expurgar o chamado arquivo de D. António das que a ele ou a seus servidores não podiam ter pertencido, como também para nos certificarmos de que nos restantes maços do “Arquivo de Portugal” a operação inversa não se verificava ser necessária” (COSTA, 1955a:3-4).

Como tal, um trabalho que, como o próprio título indica, incidiu apenas sobre a documentação relativa a D. António e “seus servidores”, ficando assim reduzido a 350 peças. A nível arquivístico, o tratamento consistiu na identificação das diferentes personalidades a quem a documentação dizia respeito, organizando-a por grupos relativos a cada uma delas e à qual anexou um índice onomástico e outro toponímico. De acordo com Fernanda Ribeiro, não havendo uma classificação perceptível para os documentos, a solução encontrada por Mário Alberto Nunes Costa “parece-nos adequada, pelo facto de não “forjar” qualquer quadro classificativo temático, como tem sido tendência relativamente a arquivos que são qualificados de desorganizados, situação muito vulgar nos arquivos de família ou pessoais” (RIBEIRO, I, 2003:460).

Ao contrário dos dois anteriores trabalhos que realizou, assentes em ações de natureza rotineira e tradicional de resumo de documentos e elaboração de verbetes, o tratamento dado ao arquivo de D. António e “seus servidores” já apresentou outro nível de complexidade, ao exigir um conjunto de opções com vista à classificação dos documentos.

¹⁸ Encontram-se acessíveis na Sala de Referência do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nas *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643.

Não obstante, todos eles marcados pelo acentuado tecnicismo, característico da Arquivística do período após a Segunda Guerra Mundial (RIBEIRO, 2002:99).

Entre os trabalhos de revisão e conferência sistemática das coleções, onde teve a seu cargo o Cartório Jesuítico¹⁹, foi incumbido, em outubro de 1952, de “continuar a inventariação dos documentos do Corpo Cronológico, omitida nos antigos inventários, ou seja, a partir do Maço 134 da II Parte”²⁰. Contudo, tal não se verificou uma vez que a conclusão destes trabalhos técnicos, em 1956, coincidiu com a sua nomeação para participar em dois projetos. Em fevereiro, por despacho do Ministro da Educação Nacional, Francisco de Paula Leite Pinto, foi nomeado para integrar a comissão presidida pelo Diretor da Biblioteca Popular de Lisboa, encarregada de proceder ao exame do Códice “Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores”, redigido entre 1646 e 1654, da autoria de Frei Diogo das Chagas²¹.

A competência e a diligência demonstrada na sua curta experiência como arquivista, permitiram-lhe, a partir de maio de 1956, a dispensa do serviço oficial e a equipação a bolseiro no país ao serviço do Instituto para a Alta Cultura para colaborar com a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Neste âmbito e durante dois anos, participou na preparação da *Monumenta Henricina*, para a qual efetuou trabalhos de recolha, transcrição e revisão de textos para a obra comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, não só no Arquivo Nacional, como em diversos arquivos de Lisboa (COMISSÃO, 1960:XVIII). Segundo o relatório enviado à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, referente ao primeiro ano de atividade enquanto bolseiro, as tarefas desenvolvidas consistiram “[...] em trabalhos de investigação histórica relativa aos ditos *Monumenta*, na leitura e exploração cuidadosa e metódica de fontes documentais quase sempre do século XV, com o espírito amplo do plano de investigação que estruturará a referida obra. O [seu] trabalho incidiu sobre originais e registos de documentos quatrocentistas em número provável e aproximado de 25.000, pertencentes não só ao Arquivo Nacional, onde quase sempre trabalh[ou], como a outros arquivos portugueses”. Um trabalho que não utilizou possíveis índices da documentação em causa “por não servirem de momento o fim em vista”, uma vez que só a leitura dos documentos satisfaz os critérios estabelecidos. Assim, do trabalho realizado, resultou a recolha de 1.040 sumários de documentos, dos quais, larga percentagem deve figurar nos *Monumenta Henricina*.

Ao longo de cerca de oito anos, que medeiam entre a entrada no Arquivo Nacional e a tomada de posse como bibliotecário-arquivista no Ministério das Obras Públicas, a sua atividade não se limitou apenas ao trabalho referido. Pelo contrário, a entrada no Arquivo Nacional marcou, de forma decisiva, o início de uma fase de intensa atividade intelectual, a qual soube desenvolver em simultâneo com a sua vida profissional. Desse período,

¹⁹ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Ordens de Serviço, Cx. 110, Lv. 245-A, fl. 34 (Ordem de serviço n.º 22, de 21 de dezembro de 1951).

²⁰ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, Ordens de Serviço, Cx., 110, Lv. 245-A, fl. 40v (Ordem de serviço n.º 26, de 18 de outubro de 1952).

²¹ Lisboa, ANTT, *Arquivo do Arquivo*, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 77, n.º 260 – NT116, fl. 32.

surtem os primeiros trabalhos no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia bem como o início da colaboração em diversos jornais e revistas²².

Desde logo, num artigo publicado a 26 de janeiro de 1953, no *Diário Popular* (COSTA, 1953), a propósito de uma conferência de Javier Lasso de La Vega (1892-1990), da Universidade Central de Madrid sobre *Alguns problemas da documentação no momento actual*, onde deixou bem claro o inconformismo dos profissionais perante a situação a que estavam votados os arquivos e as bibliotecas, em Portugal. Afirmava: “são os factos que determinam – pela consciência que deles temos – a aspiração de evolução e aperfeiçoamento”. Considera que os arquivos e as bibliotecas em Portugal se tornaram em locais “apagados, sombrios e bafientos”, que “quase não vão além de terra a descobrir, de ninho de águia deste ou daquele, de distração, com laivos de erudição, de meia dúzia de pessoas pouco ocupadas. São forçada passagem de uns tantos que, por motivos económicos ou impelidos para ali por interesses quase sempre escolares, entram e saem da sua órbita, tão exígua, sem lhes ficar o desejo de regresso a esses lares de preparação que devem ser agradáveis, solícitos, acolhedores e fecundos”.

Uma situação insustentável “por vezes tão dolorosamente sentida pelos trabalhadores do espírito, especialmente pelos investigadores, que esta agitação e este doloroso sentir tem necessariamente repercussão entre nós”, salientando a urgência de um movimento que invertesse tal situação. Tomando como exemplo a conferência a que assistiu “forçoso é reconhecê-lo, muitas e muitas lições nos cabe seguir – lições da experiência alheia, com vista ao melhor conhecimento das realidades nacionais”, isto é, seria bastante profícua a participação dos bibliotecários e arquivistas portugueses não tanto em conferências protocolares, mas em reuniões públicas de trabalho com técnicos estrangeiros e nacionais para que “tenham oportunidade de contactar, estudar, discutir e assentar ideias”. Um movimento que seguisse o debate internacional sobre temas emergentes, como a explosão documental do pós-guerra ou o acelerado desenvolvimento tecnológico, sob pena de agravar ainda mais o fosso existente em relação à Europa e aos Estados Unidos.

Entre os estudos técnicos, podemos destacar a primeira comunicação apresentada ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation*, que decorreu em Bruxelas, entre 11 e 18 de setembro de 1955, onde teve oportunidade de expor algumas propostas para a normalização da catalogação de livros (COSTA, 1955b:230-234). Consciente da necessidade de uniformização do trabalho de catalogação em bibliotecas, a comunicação denota o conhecimento das práticas em voga noutros países e o acompanhamento, com natural expectativa, desde o início da década de cinquenta, da evolução do debate internacional (COSTA, 1955b:230-231). Neste contexto, sem prejuízo dos trabalhos em curso, propôs ao Congresso que enviasse à FIAB/IFLA a proposta de criação de uma comissão internacional com os seguintes objetivos: definição dos propósitos mínimos essenciais para a catalogação bibliográfica; determinar os princípios de catalogação e estabelecer a sua ordem e disposição e, por último, a elaboração de notas

²² A partir de 1953 Mário Alberto Nunes Costa iniciou a colaboração com algumas revistas e jornais, onde publicou diversos artigos no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia assim como no campo historiográfico. Entre outras revistas podem citar-se: *A Cidade de Évora* (1953), *Olisipo* (1953-1954), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1953), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* (1955), *Revista Portuguesa de História*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* (1955), *Brasília* (1955), *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1958) e *Arquivo Histórico da Madeira* (1958) e, em jornais, como: *Diário Popular* (1953), *O Cronista* (1955) e *Brados do Alentejo* (1953), com o qual deu início a uma profícua colaboração com artigos sobre História local, com particular ênfase sobre a sua Estremoz natal.

explicativas, já normalizadas, de todos os artigos. As conclusões alcançadas deveriam ser recomendadas a todos os organismos nacionais e internacionais, solicitando a sua aprovação e publicidade junto dos respetivos países (COSTA, 1955b:234).

Dois anos mais tarde, em 1957, no II Congresso da Indústria Portuguesa, em Lisboa, Mário Costa apresentou uma comunicação sobre *A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa* (COSTA, 1957). Os conhecimentos adquiridos sobre a indústria portuguesa, durante os cerca de dez anos que passou como funcionário da Direção Geral da Indústria, aliado ao seu interesse pela normalização da documentação foram determinantes para as propostas apresentadas no referido Congresso. Por outro lado, um interesse que o levou mais tarde, na década de sessenta, à presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

A presença em alguns congressos internacionais permitiu-lhe tomar conhecimento das mais recentes práticas em Arquivos e Bibliotecas. Não será alheia, portanto, a participação no III Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Florença, entre 25 e 29 de setembro de 1956, dedicado, entre outros temas, às instalações para arquivos. Este encontro, como teremos oportunidade de ver, será de inegável importância para um conjunto de realizações futuras como sejam, por exemplo, as obras de remodelação das instalações da Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas. Aliás, neste âmbito publicou uma nota de leitura sobre o relatório apresentado por Ingvar Andersson ao referido Congresso, acerca da construção e equipamento de arquivos (COSTA, 1956).

Contudo, a sua participação em reuniões de trabalho internacionais no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia, não só como assistente, mas também como comunicante, aliada à publicação de um conjunto variado de artigos de natureza técnica e à experiência de quase vinte anos como funcionário público, oito dos quais como Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, permitiram-lhe a formação de um *curriculum* considerável e, simultaneamente, granjear-lhe alguma projeção junto da comunidade científica de então. Decerto, em muito contribuiu para a obtenção do primeiro lugar²³, no concurso público para provimento do lugar de bibliotecário-arquivista do quadro permanente da Secretaria Geral do Ministério.

A direção da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Como se pode comprovar pelos elementos atrás enunciados, Mário Alberto Nunes Costa foi sempre um funcionário público, primeiro como escriturário de segunda classe e terceiro oficial da Direção Geral da Indústria, na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra, depois, já em Lisboa, como Terceiro Conservador do Arquivo nacional. Uma carreira profissional que, desde 1940 foi construindo e cimentando desde os patamares mais baixos do funcionalismo público até alcançar um lugar de topo como o de Chefe de Divisão. Primeiro, como Chefe de Divisão de Documentação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em 1969 ainda que por um período de escassos meses e, posteriormente, também como Chefe de Divisão da Secretaria-geral do Ministério das

²³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [19. set. 1958]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 223 (23 set. 1958), p. 7.723.

Obras Públicas, categoria na qual se aposentou, em janeiro de 1982, após cerca de quarenta e dois anos de serviço público.

De acordo com o seu processo individual de funcionário, data de 1951 a primeira tentativa de ingresso no Ministério das Obras Públicas, embora sem sucesso, quando apresentou candidatura ao concurso aberto para provimento do lugar de bibliotecário-arquivista do quadro permanente da Secretaria Geral do MOP, deixado vago após o pedido de exoneração de Manuel dos Santos Estevens e consequente nomeação para o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional²⁴. Contudo, apenas seis anos mais tarde, em 20 de dezembro de 1957 foi admitido a um novo concurso aberto para o preenchimento de idêntico lugar. A sua entrada definitiva na Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, a 8 de outubro de 1958²⁵ – data em que tomou posse do lugar – constituiu um marco decisivo para um conjunto de realizações futuras e na consolidação de um percurso profissional que desde há duas décadas vinha construindo.

Como referido anteriormente, à exceção dos esforços notáveis de António Ferrão, que sucedeu a Júlio Dantas à frente dos destinos da Inspeção, em 1946, e da iniciativa de um ou de outro profissional a título individual, o período após a Segunda Guerra Mundial caracterizou-se por uma fase de grande inoperância no que dizia respeito aos arquivos e às bibliotecas (RIBEIRO, I, 2003:622). Um “estado de apatia” que originou as primeiras vozes de protesto não só de investigadores, como Virgínia Rau, em 1950, patente na comunicação apresentada ao Colóquio Internacional de Estudos Luso – Brasileiros (RAU, 1961), em Washington, mas também dos próprios profissionais, como foi o caso de Jorge Peixoto, em 1956 no XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (PEIXOTO, 1957) – no qual Mário Alberto Nunes Costa também participou –, onde apresentou um conjunto de propostas a implementar tendo em vista a reforma dos arquivos e das bibliotecas portuguesas.

O inconformismo latente que desde o final da década anterior se vinha manifestando ganha, verdadeiramente, maior notoriedade no início dos anos sessenta, quando arquivistas e bibliotecários decidiram organizar-se e tornar públicas as suas preocupações, assinalando um momento de viragem na Arquivística e na Biblioteconomia portuguesas: o aparecimento dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística* (FARIA *et al.*, 1983; PERICÃO *et al.*, 1984) – cujo primeiro número veio à estampa em junho de 1963 –, uma publicação de caráter técnico que funcionou como polo dinamizador onde se publicavam artigos científicos, divulgavam notícias várias, nacionais e internacionais sobre a área, se debatiam diversas questões e se esclareciam dúvidas. Com efeito, toda uma dinâmica com vista a um processo de renovação, ao qual se seguiu a organização do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, em Coimbra, em abril de 1965. Um trabalho árduo de organização e de cooperação entre bibliotecários e arquivistas de todo o país, que permitiu uma união de esforços para a apresentação de propostas de reforma do sector de bibliotecas e arquivos, das carreiras profissionais e, no fundo, da própria dignificação do trabalho de arquivista e de bibliotecário junto da tutela. Um esforço que teve o seu primeiro fruto na publicação do Decreto-Lei n.º 46.350, de 22 de

²⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [8 jul. 1951]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 106 (10 maio 1951), p. 2.331.

²⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria Geral. Despacho [25 out. 1958]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 255 (30 out. 1958), p. 8.700.

maio de 1965, que abarcou algumas dessas disposições, embora nem todas executadas de forma imediata.

A reforma contemplou a extinção da Inspeção – órgão coordenador dos serviços e da política do setor –, considerada um organismo “burocrático e técnico”, conjugando a sua ação na Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e na recém-criada terceira Secção da JNE, dedicada especificamente aos Arquivos e às Bibliotecas assim como a criação de diversos arquivos distritais que faltavam para completar a rede definida, em 1931²⁶. Por outro lado, também ao nível do provimento dos lugares de bibliotecários e arquivistas de categoria igual ou superior a terceiro-bibliotecário sem que para tal estivesse habilitado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista ou da prioridade, também consignada na legislação, ao trabalho técnico de inventariação e catalogação da documentação e da publicação dos respetivos instrumentos de descrição documental. Um processo de renovação no qual Mário Alberto Nunes Costa participou ativamente como colaborador assíduo dos *Cadernos* (publicação de artigos e esclarecimento de dúvidas técnicas) ou participando como comunicante nos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas, com a apresentação de propostas nos campos da terminologia arquivística, da normalização e da catalogação. Aliás, a sua nomeação pelo então Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, para vogal da recém-criada 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação permitiu que as suas propostas pudessem ser ouvidas a outro nível, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

Os anos sessenta e setenta, com particular incidência para os primeiros, foram o auge da sua carreira profissional e científica. Um período de atividade que se enquadra numa das fases de evolução da arquivística portuguesa definida por Fernanda Ribeiro, entre 1965 e os anos oitenta. Segundo a autora, um período no qual “não houve, por parte dos poderes políticos, uma preocupação em encarar frontalmente os problemas com que os arquivos se debatiam”, embora se tenha destacado pela criação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1973, símbolo das conquistas que se foram alcançando (RIBEIRO, I, 2003:628). Um polo dinamizador da consciência profissional para os graves problemas que o país atravessava em matéria de serviços de informação, conferindo à Associação até à atualidade “um estatuto de voz autorizada e de opinião imprescindível em tudo quanto à definição da política para este sector” (RIBEIRO, I, 2003:633).

Contudo, a reforma instituída em 1965, apesar de ter implementado algumas medidas não logrou mudanças significativas que retirassem o sector do imobilismo em que se encontrava (RIBEIRO, I, 2003:629). Não se verificou uma orientação estratégica global para o setor, apenas a publicação de algumas medidas com pouco significado para enfrentar os desafios que se colocavam (RIBEIRO, I, 2003:629).

À semelhança das décadas anteriores, uma vez mais Portugal não soube acompanhar os grandes desenvolvimentos a nível internacional, que os organismos internacionais como a Federação Internacional das Associações de Bibliotecas, a Federação Internacional de Documentação ou o Conselho Internacional de Arquivos vinham promovendo (RIBEIRO, I, 2003:629). A revolução de abril de 1974 e a conseqüente abertura de Portugal ao

²⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto n.º 19.952 [24 jun. 1931]. *Diário do Governo*. 1.^a série. Lisboa. N.º 146 (27 jun. 1931), p. 1253-1.269.

exterior, ao fim de quase meio século de isolamento a que esteve votado, revelou a distância a que se encontrava de outros países mais avançados. Contudo, de acordo com Fernanda Ribeiro, só na década de 80 com a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e a criação do Instituto Português do Património Cultural e, no âmbito deste, o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação foi possível inverter “o estado lastimável em que se encontrava a situação arquivística do país” (RIBEIRO, I, 2003:631).

Numa comunicação apresentada no 2.º Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1987. Manuel Luís Real traçou um panorama bastante detalhado dos acontecimentos que se sucederam neste período (REAL, 1987). Foi uma época de algumas iniciativas relevantes, como a criação de grupos de trabalho ou comissões com vista à elaboração de estudos técnicos que, no entanto, num tempo conturbado como foi o período após a Revolução de Abril, não tiveram a força necessária para vingarem, acabando por serem extintos, sem cumprirem com os objetivos para os quais haviam sido criados.

Com efeito, foi nesta conjuntura que Mário Alberto Nunes Costa desenvolveu a sua atividade no Ministério das Obras Públicas durante cerca de vinte e cinco anos. A preparação técnica adquirida com os anos de experiência como Conservador do Arquivo Nacional e o conhecimento do que em matéria de arquivos e bibliotecas se estava a operar noutros países mais avançados – mercê das deslocações ao estrangeiro –, conferiram-lhe uma certa “bagagem intelectual” determinante para o trabalho a desenvolver futuramente. O seu ingresso na Ministério deu-se num momento de declínio que desde há algum tempo vinha afetando a instituição, agravado substancialmente com a extinção do quadro privativo do pessoal, em 1936. Uma situação delicada, acentuada ainda mais entre 1951 e 1958, nomeadamente com a falta de técnico dirigente – a saída de Manuel dos Santos Esteves para a direção da Biblioteca Nacional –, de funcionários auxiliares e pela precariedade das instalações (PORTUGAL, 1959).

O projeto de remodelação das instalações, iniciado em 1958 após a sua entrada no Ministério das Obras Públicas e que resultou na abertura ao público da Biblioteca a Arquivo em junho de 1959, constituiu o seu primeiro trabalho à frente da instituição. De acordo com a nota de leitura que publicou sobre *Novos edifícios para arquivos*, é interessante verificar que o espaço agora remodelado, seguiu de perto um conjunto variado de características nela enunciadas. Situado em local central (Praça do Comércio – Lisboa) e apesar de mantida a estrutura primitiva, o projeto de remodelação, segundo Mário Costa foi concebido “de modo a atender aos aspectos funcionais do serviço, ao espaço disponível e às exigências peculiares de estabelecimentos desta natureza”.

De facto, apesar do reduzido espaço disponível, o arquivo encontrava-se dividido em dois pisos, contemplando espaços como a sala de leitura, o depósito, a sala de multigrafia e reproduções, as instalações sanitárias e a arrecadação, todos situados no rés-do-chão, com exceção do depósito que se distribuía pelos dois pisos. Por outro lado, também ao nível do mobiliário e dos materiais utilizados no revestimento do espaço interior, procurou orientar a sua ação de acordo com as diretrizes enunciadas no relatório apresentado por Ingvar Andersson no III Congresso Internacional de Arquivos, em Florença, em 1956 (COSTA, 1956), ou seja, de acordo com aquilo que de mais moderno se utilizava neste tipo de equipamentos. O arquivo foi equipado com mobiliário metálico, com a estanteria disposta em corredores perpendiculares à luz natural, composta por

prateleiras amovíveis, assentes em grades metálicas e suportadas por pilares de cimento²⁷. Preocupações ao nível da segurança, nomeadamente na instalação elétrica (distribuição pelo interior das paredes, por secções) ou ao nível da conservação e preservação, na utilização de material metálico para o mobiliário assim como no controlo da humidade e temperatura através da utilização de aparelhagem específica para esse tipo de função.

Considerando o artigo publicado por Mário Alberto Nunes Costa no *Diário Popular*, em 1953, e a tendência em voga noutros países são claros os princípios orientadores que presidiram à remodelação da Biblioteca e Arquivo do Ministério e ao conceito de Arquivo e Biblioteca que gostaria de implementar. De facto, procurou que a biblioteca e arquivo “desempenhassem as funções culturais e de informação de interesse para o Ministério, para os seus funcionários e para o público”. Uma reformulação que permitisse criar um serviço público orientado para a “especialização nas matérias que hoje estruturam em todos os sectores de actividade do Ministério [...] e, simultaneamente, um centro de informação e de documentação científica e técnica, especializado nos ramos em que o Ministério tem de agir”. No que dizia respeito ao arquivo, a ação devia orientar-se para o tratamento dos fundos à sua guarda, à publicação dos respetivos instrumentos de pesquisa e procurar “completar os núcleos arquivísticos mais antigos”.

Após a sua nomeação como responsável pelo arquivo e pela biblioteca, iniciou a reorganização interna dos respetivos conteúdos documentais e o tratamento das espécies, introduzindo em Portugal as técnicas documentais do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), segundo as quais iniciou a publicação dos primeiros inventários preliminares dos “núcleos” mais antigos identificados e a que deu a primeira organização funcional²⁸. Nas palavras do próprio, a publicação dos “inventários preliminares” a que dera início, em 1960 com a publicação do inventário relativo ao Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos (1771-1834) (COSTA, 1960), inseriu-se num plano de ação arquivística com provas dadas noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e no Brasil, rompendo com “uma tradição multissecular de raiz europeia, de princípios que são em boa medida ponderáveis, mas cujas realizações estão longe de satisfazer arquivistas e quem dos arquivos se pretende servir” (COSTA, 1962:115).

As dificuldades em aceder à informação tanto por parte dos investigadores, como dos historiadores nacionais e estrangeiros levou Mário Costa a romper com uma prática muito seguida em Portugal de elaboração de “sumários” do conteúdo de cada documento e optar por uma “técnica mais adequada”, que permitisse uma intervenção global num arquivo detentor de muitos “núcleos ou grupos arquivísticos”. Retomando o artigo publicado no *Diário Popular*, colocou em prática um verdadeiro serviço público, optando

²⁷ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 1. Pastas 6 e 7. Nela encontramos a correspondência trocada entre Mário Alberto Nunes Costa e diversas empresas estrangeiras de equipamento para depósito de Biblioteca e Arquivo, datada de janeiro de 1957, ou seja, cerca de um ano antes da sua admissão ao concurso.

²⁸ Mário Costa publicou os seguintes inventários preliminares: O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. IX (1960) 325-333; O Arquivo do Conselho de Minas: 1859-1868: Inventário preliminar. Lisboa: Edição do autor, 1961; Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Ano 4:1 (1963) 115-164 e O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. 11:1 (1964) 151-176.

por tornar acessível de forma imediata a documentação custodiada pelo Ministério através da publicação de inventários preliminares.

Como tal, uma estratégia que conciliando os meios humanos e materiais disponíveis e “as forças de investigação interessadas”, isto é, os meios que tinha à sua disposição para organizar o arquivo e uma visão a longo prazo sobre os possíveis utilizadores do arquivo, “a criação de um estado de ordem que se pretende geral e de conhecimento genérico, mas de tendência específica, das fontes de informação”. Uma opção por aquilo que era possível realizar, em detrimento de “metas óptimas ideais mas praticamente inatingíveis”.

A experiência adquirida não só como Conservador do Arquivo Nacional, mas também como investigador que desde há alguns anos vinha contactando com a realidade dos arquivos portugueses considerou a elaboração de inventários preliminares, como primeiro passo a tomar na descrição dos “núcleos ou grupos arquivísticos” de Arquivos Históricos. Este tipo de “auxiliares de busca” (COSTA, 1960:6), segundo o próprio, tinham por objetivo “dar a conhecer, interna e externamente, de modo efetivo e com economia, os núcleos ou grupos arquivísticos permanentemente válidos que se preservam em arquivos históricos” (COSTA, 1963:115). Eram inventários provisórios e de uso interno como auxiliares elementares de pesquisa e de fiscalização administrativa, mas de grande utilidade para o conhecimento genérico e para utilização imediata dos fundos, os quais deveriam ser preparados logo após a incorporação da documentação no arquivo histórico (COSTA, 1960:6).

Estes inventários tinham um carácter provisório pelo que após o estudo e seleção – em caso de necessidade – das “peças arquivísticas” e a sua disposição numa ordem fixa, Mário Costa considerava necessária uma revisão dos inventários preliminares e a elaboração de descrições definitivas. Este trabalho seria complementado, de acordo com os recursos disponíveis, com “relatórios especiais, índices, listas e outros auxiliares de busca em relação com os núcleos ou grupos arquivísticos” (COSTA, 1960:6).

Segundo Fernanda Ribeiro, ao longo dos tempos, os inventários variaram muito na quantidade de elementos informativos que continham, podendo constituir desde simples listas com os títulos das séries arquivísticas e as datas extremas, até instrumentos com descrições mais elaboradas, com diversos elementos informativos (RIBEIRO, II, 2003:45).

Numa análise à estrutura interna dos inventários preliminares publicados, na década de sessenta por Mário Alberto Nunes Costa, verifica-se que obedeceram a uma estrutura fixa que se repetiu ao longo de todos eles, composta pelos seguintes elementos informativos: designação do fundo, história custodial e arquivística, série, título, datas extremas, dimensão, tipo de ordenação e número de ordem (ou cota). Uma estrutura que permitiu a identificação dos diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, representando o seu conteúdo e a localização física, embora “não se chegue a um conhecimento das suas especificidades orgânico-funcionais” (RIBEIRO, II, 2003:216).

De acordo com o método utilizado para a elaboração dos inventários, de notar a preocupação constante em apresentar informação sobre a história custodial e arquivística do “núcleo” que publicava. O tratamento arquivístico da documentação iniciado logo após a sua entrada no Ministério, em 1958 não se limitou, como foi possível observar, à preparação de simples listas de documentos existentes no Arquivo. A elaboração dos

inventários preliminares teve por base todo um trabalho de estudo e reflexão sobre os diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, que implicaram desde operações de organização mais elementares até intervenções mais profundas no seu tratamento. A título de exemplo, as operadas nos arquivos do Estribeiro-mor D. Jaime de Melo, 3.º Duque do Cadaval “encontrado sem ordem e sem haver notícia da organização antiga” (COSTA, 1963: 137-140) e, da Montaria-Mor do Reino (1583-1833), onde “as peças de que se compõe foram repostas, quanto possível, segundo a ordem primitiva, mercê de elementos delas constantes, reveladores do arranjo inicial (caso das série fundamentais 1 a 17) ou segundo se julgou percebê-la (como nas séries 18 a 27)” (COSTA, 1964).

Um apurado trabalho de investigação sobre os diferentes arquivos permitiu-lhe verificar a sua dispersão por diferentes entidades detentoras, constatando a necessidade de as restantes partes beneficiarem de igual tratamento para que se pudesse compulsar todo o arquivo, como foi o caso do Arquivo do Conselho de Guerra (COSTA, 1963:127-135) ou da Junta dos Três Estados (COSTA, 1963:149-160), entre outros.

Além dos dezasseis inventários preliminares publicados durante a década de sessenta, elaborou e/ou coordenou a elaboração de mais cerca de nove dezenas inventários, enquanto responsável pela Biblioteca e Arquivo do Ministério (PORTUGAL, 1994), disponibilizando ao utilizador um conjunto bastante alargado de instrumentos de descrição documental relativos à documentação custodiada²⁹.

Mário Costa destacou-se de forma paradigmática, como impulsionador dos arquivos dos ministérios – que a legislação designava de arquivos especiais –, sendo o melhor exemplo disso o trabalho desenvolvido no âmbito do seu Ministério, ao longo de cerca de vinte e cinco anos em que dirigiu a instituição.

O conhecimento que adquiriu sobre a documentação da BAHMOP, fruto da publicação dos primeiros inventários, granjearam-lhe “rasgados elogios dos Professores Eduardo de Oliveira França, Manuel Nunes Dias e Frédéric Mauro, que pediram esclarecimentos sobre a documentação aí existente e do maior interesse para o [estudo] da economia brasileira e do atlântico”³⁰, em face da comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, que decorreu em Lisboa, em 1960. Elogios, esses, também provenientes do Secretário-geral e do Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira que manifestaram “o elevado apreço com que superiormente se tomou conhecimento da sua valiosa comunicação que muito veio prestigiar e pôr em destaque o Arquivo Histórico do Ministério”³¹.

No âmbito da sua atividade no Ministério das Obras Públicas foi ainda convidado pela Comissão de Divulgação do Código Civil, sob a dependência do Gabinete do Ministro da Justiça para colaborar na preparação da Exposição Bibliográfica do Código Civil de 1966, que decorreu nas instalações do Secretariado Nacional da Informação (PORTUGAL, 1966:21). De igual modo, no âmbito do seu Ministério integrou a Comissão encarregada

²⁹ Além dos Inventários preliminar, Mário Costa publicou, em colaboração com Maria Stella Afonso Gonçalves Pereira o *Catálogo da Coleção de desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.

³⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

³¹ Lisboa, BAHMOP, *ibidem*.

de coordenar os trabalhos de preparação de uma brochura a distribuir por ocasião das comemorações do 125º aniversário do Ministério, em 1977 (PORTUGAL, 1980).

Em paralelo com a sua atividade profissional, teve oportunidade de participar em alguns congressos e colóquios não só como assistente, mas também como comunicante. São disso exemplo a participação no VI Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Madrid, entre 3 e 7 de março de 1968 e a presença assídua nos sucessivos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas. Aliás, juntamente com a sua biblioteca particular³² representam a necessidade que tinha em manter-se atualizado, em conhecer as tendências em voga no seu tempo no campo da Arquivística e da Biblioteconomia e em acompanhar os debates nacionais e internacionais.

A década de sessenta e a seguinte foram o ponto alto da sua carreira. Destacou-se o início da colaboração com a Editorial Verbo, na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, dada ao prelo entre 1963 e 1976, onde participou na elaboração de diversos verbetes relacionadas com as temáticas da sua especialização e interesse³³. Por outro lado, no *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*, onde se encontram as marcas da sua autoria em diversas entradas – não assinadas –, nas áreas da Arqueologia, Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Diplomática, Paleografia, Bibliologia, entre outras³⁴.

Na sequência do intenso trabalho intelectual que vinha desenvolvendo, data de 1972, em colaboração com Maria Augusta P. de Aguiar Rodrigues e Bernardino Ribeiro, a publicação de um interessante trabalho sobre a *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direção Geral das Construções Escolares* (COSTA, RODRIGUES e RIBEIRO, 1972). Um trabalho inovador para a época e representativo dos anos de experiência e de trabalho no campo da Arquivística e da Normalização.

Em consonância com os cargos que desempenhou, desenvolveu diversos estudos. O interesse pela questão da catalogação bibliográfica, que desde o início da década de cinquenta vinha acompanhando com natural interesse foi um desses temas. Como foi possível verificar, esse interesse, patente na comunicação que apresentou ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation* em Bruxelas, em 1955, levou à sua nomeação quatro anos mais tarde, em 25 de março de 1959, para prestar colaboração no grupo de trabalho encarregado do estudo das regras básicas internacionais de catalogação, cujos resultados serviram de base ao trabalho que a Junta

³² Mário Alberto Nunes Costa doou a sua biblioteca particular, constituída por cerca de dois mil títulos, à Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em janeiro de 2010.

³³ Na *Enciclopédia Verbo* publicou os seguintes verbetes: Arquivo Histórico Ultramarino. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1282-1283; Arquivos dos Ministérios. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1283-1285; Arquivos Municipais. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1288-1290; Arquivos das Províncias Ultramarinas. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [D. L. 1996], colns. 1293-1295 e, em colaboração com Maria Teresa Pinto Mendes, Bibliotecas Portuguesas. In *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 3, [D. L. 1992], coln. 1270-1278.

³⁴ ZUQUETE, Afonso, coord. - *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1962-1973.

Nacional de Educação apresentou à reunião preliminar da Conferência Internacional de Catalogação, que se realizou em Londres, entre 19 e 25 de julho desse mesmo ano³⁵.

Neste âmbito, alguns anos mais tarde, numa comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Coimbra, em 1963, retomou o tema da catalogação. Neste trabalho defendeu a possibilidade de criação de códigos de catalogação biblioteconómica para áreas linguísticas. Com efeito, num plano menos ambicioso, como o próprio afirmou, a sua proposta vai ao encontro do que a referida Conferência Internacional (resolução V) preconizou “ao recomendar que os países pertencentes à mesma área linguística procedam às consultas necessárias com o fim de unificar os seus respectivos usos” (COSTA, 1968b:17). Consciente da complexidade e da morosidade do trabalho em causa considerou, todavia, que Portugal e o Brasil “dispõem de esforços disseminados dos seus técnicos mais competentes, carecidos, no caso português, de um traço de união real”, isto é, a língua.

Mário Costa aponta o trabalho desenvolvido, desde 1954, pela Comissão Brasileira de Catalogação e o contributo dado por ambos os países para a normalização da catalogação bibliográfica à escala mundial, na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, que decorreu em Paris, em 1961 para reforçar a “oportunidade” de realização de tal trabalho (COSTA, 1968b:18). Aliás, reforça essa ideia referindo um trabalho anterior conjunto para a área linguística do português como foi o caso da edição da Classificação Decimal Universal cujo “sistema lentamente se vai enraizando em nossos dias nos dois países” (COSTA, 1968b:18). Ao abrigo dos trabalhos paralelos sugeridos pela Primeira Conferência Internacional acerca dos Princípios de Catalogação, propôs a constituição de um grupo de trabalho luso-brasileiro que se dedicasse a estas atividades.

No campo da Arquivística, uma das temáticas que mereceu a sua atenção e sobre a qual produziu um pequeno trabalho diz respeito à terminologia arquivística. Na referida reunião científica realizada em Coimbra, em 1963, na sequência da proposta de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua oficial portuguesa, apontou a necessidade de unificação da terminologia arquivística em língua portuguesa. Numa extensa introdução sobre os trabalhos produzidos até à data – reveladora do interesse e do acompanhamento que fazia do tema –, apontava a necessidade de tratamento da temática pelos arquivistas portugueses e brasileiros. Justificou essa necessidade pelo número de falantes em língua portuguesa, pela grande massa documental produzida em língua portuguesa existente nos dois países assim como pelo benefício de que o trabalho de arquivo teria “numa época como a actual, em que um e outro começam a adoptar em seus arquivos técnicas que, suplantando em eficiência as tradicionalmente aplicadas, introduzem ao mesmo tempo novos conceitos” (COSTA, 1968b:8).

A introdução “em Portugal, em 1960 dessas novas técnicas” e não obstante as dificuldades que a uniformização da terminologia poderia trazer, considerava necessário, à semelhança do que se vinha praticando noutros países, “coligir as noções arquivísticas em língua portuguesa, sejam tradicionais ou recentemente adquiridas, atingir definições, unificar, quando necessário, a terminologia” por forma a incluir esses resultados no trabalho da Comissão Internacional de Terminologia Arquivística (1960). Para o efeito, propôs a criação de comissões nacionais semelhantes à Comissão Internacional ou

³⁵ Lisboa, ANTT, ISBA, Cx. 86, Processo n.º 385/1 A – Pasta 345/11.

“grupos de trabalhos discretos, abertos, activos e entusiastas, que considerem o programa, a experiência e os resultados” da referida comissão assim os casos tipicamente portugueses.

Na terceira das comunicações que apresentou no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1963, Mário Costa expôs um trabalho no âmbito da normalização do trabalho intelectual e da documentação com aplicação aos casos brasileiro e português. Na comunicação, referindo-se a anteriores atividades de cooperação luso-brasileira como, por exemplo, a já referida edição luso-brasileira da Classificação Decimal Universal apontou uma outra onde essa cooperação deveria ser estimulada. Nesse sentido, apesar de algumas diferenças em relação à atividade de normalização nos dois países, sugeriu a continuação do mesmo, nos países de língua portuguesa, considerando não só as recomendações da ISO, como também os casos específicos da área linguística em causa. Além disso, propôs a criação de um órgão ou sistema coordenador da normalização nos dois países, que promovesse a unificação das normas portuguesas e brasileiras já publicadas e incentivasse a criação de novas normas (COSTA, 1968b:13-14).

Em todos os trabalhos encontrou-se um ponto de convergência: a necessidade de normalização, tanto ao nível da catalogação biblioteconómica, como da terminologia arquivística ou do trabalho intelectual e da documentação, ou seja, áreas onde se destacou pela sua atuação na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação bem como na 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação.

A atividade intelectual no campo da Arquivística e da Biblioteconomia, que iniciou após a entrada no Arquivo Nacional como Conservador, intensificou-se e atingiu o seu ponto alto nas décadas de sessenta e setenta, enquanto bibliotecário arquivista no Ministério das Obras Públicas. Foram cerca de duas décadas de intensa atividade não só como responsável pela Biblioteca e Arquivo o Ministério das Obras Públicas, mas também como Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação e como vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação, que lhe granjearam grande notoriedade no seio da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas da segunda metade do século XX.

Cargos e funções no exercício de uma profissão

Ao longo do seu percurso profissional como bibliotecário e arquivista, Mário Costa também foi chamado a desempenhar alguns cargos, designadamente a presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação assim como o cargo de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação, dedicado às Bibliotecas e Arquivos.

O interesse demonstrado por esta temática levou a que fosse convidado, em julho de 1964, para a presidência da Comissão Técnica. O plano de ação definido permitiu que ao longo de sete anos em que presidiu a este órgão, fossem emitidos cerca de sessenta pareceres de estudos de norma, inquéritos, normas e revisão de normas já publicadas. Além da produção e revisão de normas, Mário Costa centrou também a sua atenção na sensibilização para o seu uso. Um desenvolvimento de ações de sensibilização que permitiu não só um aumento do número de utilizadores das normas de Documentação,

como a sua difusão em setores profissionais diversos e um alargamento da área geográfica de implementação (COSTA, 1968a:471).

No plano internacional, a ação centrou-se na colaboração, com o Comité Técnico N.º 46 da International Standardization Organization (ISO/TC 46 – *Documentation*) e com as demais Comissões Técnicas de Normalização da Documentação dos restantes países membros desta organização. A cooperação traduziu-se no estudo de cerca de três dezenas de anteprojetos e projetos de recomendação para transposição para a normativa nacional.

Neste âmbito, foi convidado para participar no Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica, integrado no *66th Annual Congress of the South Africa Association for the Advancement of Science*, em Lourenço Marques (atual Maputo), em 1968, onde defendeu o papel da Normalização no domínio da informação documental, revelando o interesse em implementar programas de investigação e desenvolvimento no domínio da normalização da documentação e focando os benefícios, a curto ou médio prazo, desses trabalhos (Costa, 1969). De igual modo, chefiou a delegação portuguesa que participou nas reuniões do Comité Técnico n.º 46 da International Standard Organization (ISO/ TC 46 – *Documentation*), em Estocolmo (1969) e, em Lisboa (1971), na 13.ª reunião plenária do referido Comité.

A nomeação para o lugar de vogal da 3.ª Secção (Arquivos e Bibliotecas), da Junta Nacional de Educação aconteceu em fevereiro de 1966, por convite dirigido pelo então Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles.

A atividade desenvolvida ao longo de quase uma década como vogal da 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação, entre 1966 e 1975, onde marcou presença de forma assídua, incidiu sobre aspetos variados, entre os quais se podem destacar, além da redação de pareceres técnicos de vária índole, o trabalho desenvolvido no âmbito de diversos grupos de trabalho³⁶. Além da colaboração no grupo de trabalho dedicado às *Regras Portuguesas de Catalogação* (1967-1968) (PEIXOTO, 1975), Mário Costa apresentou um projeto de diretrizes para a implementação de um Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas (1967).

Este projeto de diretrizes e a sua implementação pretendiam garantir o funcionamento regular de um serviço de informação bibliográfica e servir como elemento de base para a redação e publicação da bibliografia nacional, a implementar por fases, segundo as possibilidades de colaboração do pessoal das bibliotecas, centros de documentação e outros depósitos bibliográficos. Como último passo deste projeto, tornar possível o empréstimo de livros entre bibliotecas nacionais, encarando também a possibilidade do empréstimo internacional, mediante regulamentação própria.

Mário Costa dedicou, ainda, parte da sua atividade na 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação à elaboração de vários pareceres técnicos³⁷. Entre outros podem destacar-se os pareceres respeitantes às medidas elementares contra o risco de incêndios nos edifícios pertencentes às autarquias locais; sobre a reprodução de documentos na posse de

³⁶ Apesar de ter integrado a Junta Nacional de Educação até 1975, apenas dispomos de informação até 1971, nomeadamente o livro de atas das sessões.

³⁷ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Sessões de 21/10/1968, 21/07/1969 e 18/01/1971.

Arquivos e Bibliotecas do Estado (1968); sobre a livre circulação de livros no mundo (1969) e sobre as condições para o Depósito de Arquivos dos Governos Cívicos (1971).

A atividade associativa e académica

A par do desempenho profissional como bibliotecário arquivista e dos demais cargos anteriormente referidos, Mário Alberto Nunes Costa esteve também vinculado a diversas associações e organizações científicas. Como prova dos seus interesses culturais e científicos foi sócio do Conselho Internacional de Arquivos, entre 1955 e 1987 e integrou a Academia Portuguesa de *Ex-Libris*. Nesta associação, foi sócio fundador e Secretário da primeira Direção, entre 20 de maio e 10 de novembro de 1953, quando solicitou a sua exoneração³⁸. Ilustrativa dos seus interesses culturais e científicos, a sua ação teve, contudo, maior notoriedade na Academia Portuguesa da História e na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Na BAD, a dedicação e a competência que sempre demonstrou estiveram também presentes nos trabalhos preparatórios da sua fundação³⁹. Nesta associação, onde se manteve como sócio desde a sua fundação até março de 1981, de notar a sua participação, entre outros aspetos, em várias reuniões de valorização profissional, em atividades de investigação ligadas à terminologia arquivística e na elaboração dos estatutos⁴⁰. Além disso, integrou o Grupo de Trabalho N.º 12 dedicado ao Plano Nacional de Arquivos (1975) (NOTÍCIA, 1975:36-37) – na sequência da saída de Maria Julieta Oliveira –, foi representante da Associação no grupo de trabalho encarregado de estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1975)⁴¹ e, segundo Manuel Luís Real, “ficou encarregado de coordenar os trabalhos sobre “Normalização de Terminologia Arquivística” (REAL, 1987:241).

Neste contexto, de referir a sua nomeação para integrar alguns grupos de trabalho. Em 1974 destaca-se a sua nomeação pelo Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura⁴² para integrar juntamente com Manuela Cruzeiro e Maria Isabel Martins Alexandre, a Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica para o estudo das condições de reestruturação e organização do Centro de Documentação Científica do Instituto para a Alta Cultura. Dois anos mais tarde, foi designado pelo Ministério para integrar o grupo de trabalho *ad hoc* criado no âmbito do Conselho de Ministros de 20 de janeiro desse ano⁴³ e

³⁸ Lisboa, Arquivo da Associação Portuguesa de Ex-Libris. *Pasta de Sócios 1* – Ficha de inscrição de Mário Alberto Nunes Costa. Cf. Sócios fundadores da Academia Portuguesa de Ex-libris. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. 1 (set. 1955), 18.

Da sua colaboração com a Academia publicou: COSTA, Mário Alberto Nunes – Marcas de posse bibliográfica, marcas de autor, marcas de impressor: apontamentos para um inventário. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. II^a série, 11 (maio 1959) 22-23.

³⁹ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2.

⁴⁰ Lisboa, BAHMOP, *ibidem*. Do seu arquivo particular constam diversos apontamentos manuscritos sobre o projeto de estatutos da BAD e de reuniões de valorização profissional.

⁴¹ Lisboa, BAD, *Actividades*, Cx. 423 - Pasta 1.

⁴² Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁴³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Presidência do Conselho de Ministros: Gabinete do Primeiro-Ministro: Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro de 1976. *Diário do Governo*. 1.^a Série. Lisboa. N.º 26 (31 jan. 1976), p. 238-239.

sob a dependência do Gabinete do Primeiro-Ministro, com o objetivo de estudar a política a seguir na preservação e destruição de documentação e conservação da informação científica e técnica.

De destacar ainda, em 1974, a nomeação para membro do júri do concurso para Técnicos Especialistas em Documentação do quadro do secretariado técnico da Secretaria de Estado do Planeamento, em matéria de documentação e informação económicas e, no âmbito do seu Ministério, a representação da Secretaria-geral, na qualidade de vogal efetivo na Comissão Consultiva de Estatística, entre 1977 e 1980.

Em outubro de 1980, foi designado pela Secretaria de Estado da Cultura para participar, na qualidade de perito bibliotecário, num inquérito instaurado à Biblioteca Nacional. Contudo, num processo em que o próprio nunca fora consultado sobre a sua disponibilidade para participar no referido inquérito, Mário Costa declinou tal nomeação, afirmando que “não fora previamente consultado, como era curialmente elementar, por qualquer órgão da Secretaria de Estado da Cultura sobre a minha disposição em aceitar ou não a tarefa referida no presente ofício. Lamento que, desse modo, só agora haja disponibilidade de, por esta via, informar S. E. o Secretário de Estado da Cultura a quem apresento os meus respeitosos cumprimentos, que a tarefa é inadequada à minha pessoa e que, por princípios de vária ordem, os quais desejo continuar a seguir, o desempenho da apontada intervenção é inaceitável”. Em reforço da sua posição, o Secretário-geral do Ministério, em informação dirigida ao Ministro da Obras Públicas considerava que “tal designação, para além de afectar o normal funcionamento da Divisão de Documentação da Secretaria Geral era susceptível de perturbar as boas relações existentes com a Biblioteca Nacional, dado o melindre da situação que porventura se levantariam, o que é manifestamente inconveniente”⁴⁴.

A colaboração com grupos de trabalho e na elaboração de trabalhos de natureza técnica, no âmbito da Arquivística ou da Biblioteconomia cessou com a aposentação da Função Pública. Porém, cerca de uma década depois, em março de 1991, aceitou o convite endereçado pelo Presidente do Instituto Português de Arquivos, Professor Aires Nascimento para colaborar com o grupo de trabalho sobre Normas de Descrição em Arquivo, coordenado por Ana Franqueira, tendo em vista a elaboração de um comentário à *Carta de Princípios para a elaboração de Normas de Descrição em Arquivo*⁴⁵.

A situação de prestígio que gozava entre os bibliotecários e arquivistas portugueses também foi motivo para lhe terem sido dirigidos alguns convites para ministrar formação em alguns cursos. Em outubro de 1965 foi convidado para reger, nos dois semestres do ano seguinte, matérias à sua escolha no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Porém, a presidência da Comissão Técnica e o cargo de vogal da 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação impediram-no de aceitar tal convite⁴⁶. Entre outros, podem-se ainda citar o Curso de Técnica Bibliográfica, promovido pelo Instituto de Investigação Científica de Angola, que decorreu em Luanda, entre 21 de novembro e 5 de dezembro de 1966, onde proferiu, equiparado a Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, lições sobre

⁴⁴ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5.885.

⁴⁵ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2. Do seu arquivo pessoal consta toda a informação referente à colaboração que prestou com este grupo de trabalho (BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2).

⁴⁶ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3.

Normalização e sua aplicação prática à Documentação. Dois anos mais tarde, foi convidado pelo Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, para ministrar lições sobre Normalização Documental, em sessões de sessenta minutos no Curso de Atualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais, que decorreu em Coimbra, entre 9 e 14 de dezembro de 1968.

Na Academia Portuguesa da História, onde foi eleito Académico Correspondente, a 14 de dezembro de 1979, deu provas da sua assiduidade às sessões normais e extraordinárias, entre 1981 e 1995, sendo de destacar a colaboração regular nas suas sessões com a apresentação de trabalhos resultantes de prolongada investigação.

O seu intenso labor historiográfico, mercê da apresentação de trabalhos de grande mérito científico, valeram-lhe a elevação a Académico de Número, em 24 de junho de 1988 e, à categoria de Académico de Mérito, a 3 de dezembro de 2003. O trabalho desenvolvido no seio da Academia foi objeto de diversas distinções: Prémio de História Calouste Gulbenkian – *História de Portugal dos séculos XVI a XX* e o Prémio Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *ex-aequo* com Alberto Iria (1984); o Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga (1991); o Prémio de História Calouste Gulbenkian – *Presença de Portugal no Mundo* (1994); o Prémio Aboim de Sande Lemos (1996) e, em 2001, naquele que foi o seu último trabalho, *ex-aequo* com Manuela Mendonça, novamente o Prémio de História Calouste Gulbenkian - História Regional, pelo seu trabalho sobre *O Montadigo na sociedade portuguesa dos séculos XII a XVI* (VIVAS, 2012: anexo 8).

No campo do ensino, Mário Alberto Nunes Costa teve também uma curta experiência como docente universitário. A título de convidado, iniciou funções, em novembro de 1981 como Professor Extraordinário contratado, no Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa, onde regeu a cadeira anual de Biblioteconomia e Arquivologia (opção da Licenciatura em História). Até 1985, período durante o qual exerceu funções docentes na Universidade, também desempenhou as funções de Secretário do Conselho Escolar (1981-1982) e de vogal substituto do Conselho Pedagógico e Científico da Universidade (1982-1983 e 1983-1984)⁴⁷. Prosseguiu a docência no Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, em 1986, onde participou na organização inicial da referida instituição e planeou os programas das cadeiras de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico e de Biblioteconomia⁴⁸.

Conclusão

Ao longo do século XX, muitos foram os arquivistas e bibliotecários que, com maior ou menor grau de protagonismo, marcaram o processo de consolidação da chamada arquivística técnica e científica. Entre essas personalidades, encontra-se o arquivista e bibliotecário português Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010).

Apesar de formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que ao longo do século XX dominou em Portugal, foi um profundo conhecedor das tendências em voga no seu tempo, da qual a sua biblioteca pessoal e a participação em reuniões e congressos internacionais são disso o melhor testemunho. Um pensador que nos legou alguns

⁴⁷ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3. Anexo 3.

⁴⁸ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 4. Anexo 3.

estudos técnico-científicos mas, sobretudo, alguém orientado para a ação, que procurou aplicar na prática o resultado da investigação a que se dedicou ao longo da vida.

O seu profissionalismo e ação empreendedora em tudo a que se dedicou, estiveram bem patentes ao longo da sua atividade como arquivista e bibliotecário, assim como em todos os cargos e funções que desempenhou. Embora pouco conhecido do público em geral, Mário Costa destacou-se como grande impulsionador dos arquivos dos ministérios, sendo o melhor exemplo disso o trabalho desenvolvido sob a sua égide na direção e organização da Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

Um trabalho notável que transformou a instituição que dirigiu, num serviço modelo para a época. Um modelo que seguiu as diretrizes do que de mais inovador se praticava em termos de construção e/ou remodelação e de equipamentos, destinados a edifícios para arquivos. No âmbito do tratamento arquivístico da documentação, iniciou uma fase de grande atividade com a publicação de diversos instrumentos de pesquisa (inventários preliminares). Um plano de ação arquivística com provas dadas noutros países, que lhe permitiu ao introduzir, em Portugal as técnicas documentais de Schellenberg, organizar e tornar acessível de forma imediata a documentação custodiada.

Mercê da projeção que granjeou no meio profissional, em particular, e na comunidade científica, em geral, e das suas áreas de interesse, foi nomeado para o desempenho de cargos de grande relevo no sector arquivístico e bibliotecário nacional, nomeadamente o de vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação e a presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

Uma vida intensa que se estendeu também ao associativismo, participando ativamente como colaborador dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística* e nos trabalhos preparatórios de constituição da BAD e, de um modo geral, como membro ativo do movimento regenerador da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas, iniciado na década de sessenta século XX.

Fontes arquivísticas

Arquivo da Academia Portuguesa da História

- Processo de Académico de Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 283

Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

- Documentos da Dr.^a Isabel Cepeda, Cx. 435
- Actividades, Cx. 423, Pasta 1
- Actas - Diversos

Arquivo da Associação Portuguesa de Ex-Libris.

- *Pasta de Sócios 1* – Ficha de inscrição de Mário Alberto Nunes Costa

Arquivo Central do Ministério da Economia

- Direção Geral da Indústria
Processo individual de funcionário Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 746

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

- Direção Geral da Fazenda Pública
Processo individual de Mário Alberto Nunes Costa
ACMF/Arquivo/DGFP/PIF/0127

Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação

- Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
Registo biográfico de Mário Alberto Nunes Costa, 3.º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AHME/ cx. 2923/ doc. 1114

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Arquivo do Arquivo
Ordens de Serviço, Cx. 4, Lv 10; Cx. 110, Lv. 245-A
Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 77, n.º 260 – NT 116
- *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Registo provisório e muito sumário das espécies adquiridas pelo Estado português* [exemplar manuscrito]. 1950.
Disponível em: L. 18.
- Junta Nacional da Educação
Registo de Actas das sessões da 3.ª Secção, Lv. 81
Registo de cartões de vogais, Lv. 135
- PIDE
Serviços Centrais, Bol. 18.453, NT. 7.974
Delegação de Coimbra, P.I. 2.207, NT. 4.458

Arquivo da Universidade de Coimbra

- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: M. A. N. C., 1948.

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

- Arquivo Privado Mário Costa
Caixas 1, 2 e 3
- Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 5.885

Referências bibliográficas

BRENNECKE, Adolf

1953 *Archivkunde: ein Betrag und Geschichte des Europäischen Archivwesens*. Leipzig: Köler und Amelang, 1953.

CASSESE, Leopoldo

1959 *Introduzione allo studio dell'archivistica*. Roma: [s. n.], 1959.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

1960 *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. Vol. I.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1953 As bibliotecas e os arquivos devem ser centros de trabalho útil. *Diário Popular*. Ano XI, n.º 3.705 (1953) 1 e 11.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1955a *Os arquivos del-rei D. António e de seus servidores*. Coimbra: Universidade, 1955.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1955b Contribution à l'étude de la normalisation du catalogage des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 3 (1955) 230-234.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1956 Novos edifícios para arquivos: nota de leitura. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 8 (1956) 379-387.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1957 A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa. In CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1957 – *Actas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1957.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1960 *O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: inventário preliminar*. Coimbra: [s. n.], 1960.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1963 Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. 1 (1963) 115-164.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1964 O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. 11:1 (1964).

COSTA, Mário Alberto Nunes

1968a Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2º, Lisboa, 1966 – *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 467-471.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1968b *Três comunicações: apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa; Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal; Da possibilidade e*

oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua portuguesa. Coimbra: [s. n.], 1968.

COSTA, Mário Alberto Nunes

1969 Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização*. 18:2 (1969) 57-62.

COSTA, Mário Alberto Nunes; RODRIGUES, Maria Augusta P. de Aguiar; RIBEIRO, Bernardino

1972 *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*. Lisboa: Direcção Geral das Construções Escolares, 1972 [policopiado].

FARIA, Maria da Graça [et. al.]

1983 Subsídios para a história de Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (1983) 7-9.

HEREDIA HERRERA, Antonia

1998 Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y las Españas de las Autonomías. In Juan Jose Generelo y Ángeles Moreno López (Eds.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial: Universidad de Valladolid, 1998. *Notícia: Boletim Informativo Interno*. 2 (1975) 36-37.

PEIXOTO, Jorge

1957 *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portugueses*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.

PEIXOTO, Jorge

1975 Notícia Breve sobre as Regras Portuguesas de Catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. 3:2 (1975) 193-198. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000002950&dd1=d9f59>

PERES, Damião

1940 *O Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Coimbra: [s. l.], 1940.
Separata da revista *Biblos*. 15:2 (1939).

PERICÃO, Maria da Graça [et. al.]

1984 Subsídios para a história de Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (1984) 5-63.

PORTUGAL. Ministério da Justiça

1966 *Código Civil Português: exposição documental*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1966.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas

1980 *1852-1977: Comunicações apresentadas às sessões técnicas realizadas no âmbito das comemorações do 125^o aniversário do Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1980.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas

1981 *Lista dos Instrumentos de Pesquisa aplicáveis a Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério*. 4.^a ed. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

1959 *Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas*. [Lisboa]: M. O. P., D. G. E. M. N., 1959.

PUJADAS MUÑOZ, Juan Jose

2002 *El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciencias sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002.

RAU, Virgínia

1961 *Arquivos de Portugal: Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1961.

Separata da comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1950.

REAL, Manuel Luís

1987 Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2^o, Coimbra, 1987 – *A Integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 207-246.

RIBEIRO, Fernanda

2002 Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Consult. 29 mar. 2015]. [Em linha]. Disponível em: repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf

RIBEIRO, Fernanda

2003 *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Vol. I e II. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7058>

RIBEIRO, Fernanda

2008 *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965*. Porto: CETAC - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2008.

SCHELLENBERG, T. R.

2006 *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da Silva [et al.]

2009 *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 3.^a ed. Porto: Afrontamento, 2009.

VIVAS, Diogo António Correia

2012 *Mário Alberto Nunes Costa: a acção arquivística e bibliotecária*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. [Consult. 29 mar. 2015]. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/10173>